aram a Europa num beco do qual só por meio da guerra ela podia sair.

Se, em tal atentado, a facada, que é a materialização do crime, foi vibrada pelo govêrno alemão, [illegible] ção, organização e preparação do trama cabe tanto aos outros como à Alemanha.

A Alemanha atacou a Rússia e a França, é certo; mas os dirigentes de todos os países atacaram os povos, arrastando-os à guerra contra a sua vontade, em nome duma pretensa e falsa solidariedade nacional, e por interesses que não são os dêsses mesmos povos.

Porque, em tôdas essas disputas, não tem o povo interesse algum. Vencedor ou vencido, para êle a guerra traduz-se inevitàvelmente — àparte os irreparáveis lutos — num agravamento de encargos.

Entretanto é sem êle que tudo se dispõe, trama e decide, sem que se dignem jamais consultá-lo em questões graves, de que depende às vezes o seu destino. O único direito que lhe é reconhecido é o de obedecer e de se deixar trucidar para que prosperem as especulações dos traficantes que o dirigem.

Achamos que é tempo de os povos fazerem enfim ouvir a sua voz. Enquanto os seus amos passam o tempo em negociações no intuito de intensificar a obra guerreira, entendemos que é da máxima urgência concertarem-se os povos para quanto antes levar a cabo a obra de paz.

Achamos que os trabalhadores de todos os países, graças a cujo trabalho tudo vive, devem, imitando o exemplo que lhes dão os seus amos, entender-se entre si para impor a pronta suspensão da empresa de morte.

Numa palavra, às conferências internacionais dos dirigentes, que a seu bel-prazer dispõem dos povos como de dóceis rebanhos, achamos que se deve opor uma conferência internacional dos trabalhadores do mundo inteiro.

Já em Setembro de 1915 se esboçou em Zimmerwald uma primeira tentativa nesse sentido, e nós aplaudimos então êsse primeiro esfôrço. Mas isso não passava ainda dum esbôço. Esse esfôrço será renovado e deve atingir a amplidão reclamada pela gravidade das circunstâncias.

Entendemos, pois, que as organizações operárias de todos os países devem desde já, se compreenderem o seu interesse e o seu dever, apressar-se a constituir um congresso mundial do proletariado, cuja missão seja antes de tudo exigir a cessação das hostilidades e o desarmamento *imediato* e *definitivo* das nações.

Demais, além das sanções e reparações equitativas dos danos causados, a impor aos dirigentes e capitalistas de todos os países por êles responsáveis, competir-lhe há fazer saber que convenções e arranjos internacionais se deverão tomar, no seu entender, para que no futuro fique garantida a segurança dos povos contra a repetição de semelhantes atentados da parte dos seus dirigentes.

Tal manifestação terá um alcance considerável. Será um precedente histórico, o da primeira intervenção directa da classe operária — intervenção que poderá renovar-se em tôdas as circunstâncias graves — no ajuste das condições internacionais que o interessam essencialmente e para determinação das quais nunca êle é consultado.

Até aqui, como o Terceiro Estado no antigo regime, a classe operária nada foi; nunca foi chamada a tomar parte na solução das questões vitais de que dependem o seu bem-estar e segurança. Se o proletariado tem consciência da sua função social, será êsse congresso os primeiros Estados Gerais da Internacional Operária.

Operários, camponeses, vós todos que penosamente viveis do vosso labor, ¿não estais cansados de servir indefinidamente de gado a explorar? ¿Não achais que é tempo de erguer a voz e afirmar a vossa vontade? Vós, graças a quem tudo vive, prospera, progride, é que sois o Direito e a Justiça. A Barbaria são os vossos amos, cujo egoismo e cupidez [illegible] intos. De vós, da vossa vontade e acção depende que seja assegurada a vitória do Direito e da Justiça verdadeiros sôbre a real Barbaria.

Sabei querer! sabei agir!

(A primeira edição dêste apêlo trazia as seguintes assinaturas:

Ch. Benoit, A. Girard, A. Mignon, Siegfried, colaboradores de LES TEMPS NOUVEAUX; *Madame Douheret, Feliciano David, Frederico David, M. Hasfeld, Méreaux*, da comissão do mesmo jornal; *Madame Ed. Delebecque, Beauvais*, delegado à C. G. T. (Federação da Cerâmica), *Bidault, Sebastião Faure, Garnery, Génovesi, Lagru, Péricat, Rey, Fr. Stachelberg, Guy Tourrette* (da VIE OUVRIÈRE), *Paulo Signac* (artista pintor), *Béranger*, em nome dos AMIGOS DE ROUBAIX, Grupo dos amigos de LES TEMPS NOUVEAUX, de Saint-Etienne.

Depois, multiplicaram-se as assinaturas e sobretudo as adesões dos que, por circunstâncias fáceis de imaginar, não podem assinar públicamente.)

Solidariedade operaria :

Os operários, presos na cadeia de Faro, por causa do movimento contra a carestia da vida, levado a efeito nos dias 2 e 3 de fevereiro do ano findo, jamais poderão esquecer o auxílio monetário que lhe têem prestado os trabalhadores desta cidade.

Além de inúmeras subscrições voluntárias, ainda no dia 18 de dezembro findo realizaram um espectáculo em nosso benefício, espectáculo que se efectuou no Teatro Circo, cedido gratuitamente pelos empresários, e que deu o seguinte resultado:

Receita . . .	57$95
Despeza . . .	18$90,5
Saldo . .	39$04,5

Este saldo líquido, foi, de comum acordo, assim distribuído: a Manuel Franco, Abílio Corrêa, Joaquim Braz e Domingos Catarino, 6$00 escudos a cada um; e ao camarada António Costa, que é um estrénuo defensor e organizador da classe Trabalhadora, mas que actualmente se encontra em precárias circunstâncias, foram-lhe entregues 15$04,5.

No dia 30 do mesmo mês os camaradas Gonçalves Corrêa, Neves Anacieto e Maria Adélia Fernandes, entregaram-nos a quantia de 3$38, produto da rifa dum quadro que os mesmos camaradas realizaram no sítio da Azinheira.

Se tôda a classe operária organizada procedesse para com os presos por questões sociais como estes camaradas tem procedido para connosco, temos a certeza que os bandidos que nos perseguem não seriam tão audaciosos nas suas iras nem nos seus rancores.

Contudo esperamos que o seu exemplo será seguido visto que a consciência proletária está em marcha e ninguém a poderá deter.

A todos os que se interessam por nós, os nossos agradecimentos.

Cadeia civil de Faro, janeiro de 1917.

Soma e segue . . .

Noticiaram os jornais que se descobriu um desfalque importante nos Armazens Gerais da Assistência Pública, estando já suspensos três funcionários sôbre quem recaem graves suspeitas.

Vê-se mesmo que estas criaturas ainda não têem a escola toda. De contrário procediam como os seus colegas: deitariam o fogo aos Armazens e nunca mais se saberia quem foram os *abotoadores*.

. . . Porque este proceder, essencialmente democrático, está muito em voga . . .

Sermões ao ar livre

Ninguém ignora que todos os beligerantes da grande guerra se [illegible] independência dos povos [illegible] livre e pacífico. Inda há pouco um grupo deles, o dos impérios centrais, o quis demonstrar, proclamando a independência da Polónia e . . . pedindo-lhe em paga um exército e outros patrióticos sacrifícios.

Esta hipocrisia — perfeitamente visível cá dêste lado . . . — mais uma vez tornou bem patente o que se esconde por trás do "princípio das nacionalidades" e das famosas liberdades nacionais.

Um recente congresso das "nacionalidades oprimidas", realizado na Suíça, já tinha feito tocar com o dedo a mentira convencional das reivindicações nacionais. Ali vimos magnificados os "grandes patriotas", alguns dos quais, como Rieger, foram rudemente combatidos por Bakunine. Ali vimos como reclamam liberdades certos «povos oprimidos» que oprimem outros.

E que liberdades reclamam? Algumas mostram bem o que êles entendem por "liberdades" e o que êles entendem por "povos". Pedem um govêrno e um exército nacionais, o direito de estabelecer alfândegas e cobrar impostos, e outras regalias dêste jaez. Trata-se da liberdade de governar e de explorar. A contenda é entre classes dominantes. Os *povos* em litígio são, afinal, Estados. Quanto ao povo governado e explorado, êsse continuará governado e explorado como sempre, miserável como dantes, e como dantes obrigado a dar vida pelos amos e por interesses alheios, com a única consolação de cuidar bater-se pelas coisas mais belas e mais abstractas. Não se trata da sua liberdade nem da sua independência.

Outras liberdades são mais apreciáveis, sem dúvida: as de língua, costumes, crenças. Mas essas mesmas nenhum Estado as garante, e é sempre contra êle que elas teem de ser mantidas.

Por mais nacional que o digam, o Estado é incapaz de resolver o problema das nacionalidades. Primeiro, os povos estão mesclados e entremeados: não seria possível uma divisão territorial perfeita, nem portanto uma federação de Estados territoriais.

[illegible] quando muito, a questão dos portos e vias de comunicação. Com efeito, certos Estados nacionais, dado que fôsse possível uma satisfatória divisão de territórios, ficariam privados de portos e de qualquer saída livre para os grandes mercados mundiais — e o desenvolvimento do capitalismo moderno exige a exportação, a venda em grande escala, a busca de mercados . . .

O federalismo real e sincero não se casa, aliás, com a natureza do Estado. Este procura expandir-se, impor a federação, celebrar alianças de momento — mas é sempre para fins de guerra ou de engrandecimento, para exercer a sua influência ou hegemonia, para disputar mercados, portos, caminhos de ferro e linhas de comércio. E a guerra, acirrando ódios e cavando abismos, dificulta e obscurece ainda mais os problemas nacionais, agrava e acentua ainda a incapacidade do Estado.

As liberdades étnicas são afinal liberdades individuais, que se medem pelo grau de consciência, organização e espírito de revolta da gente governada — quer esta seja formada de várias raças ou nacionalidades vivendo sob o mesmo govêrno, como na Suíça ou na Bélgica, quer constitua um só "povo", cuja homogeneidade é em regra apenas aparente. E essas liberdades só terão cabal expansão, juntamente com as essenciais liberdades económicas e políticas, numa sociedade livremente federada — livre união de indivíduos, livre federação de grupos, sem Estados e sem fronteiras.

E' para êste ideal que nós devemos trabalhar directamente, combatendo as vãs esperanças nas soluções estatais, na acção benéfica dos governos e dos seus instrumentos mais essenciais e antigos — os exércitos.

ZENO VAZ.

O que nós queremos

Em poucas palavras se resumem as nossas aspirações: Nós, os partidários da sociedade egualitária que hade surgir em ocasião oportuna, queremos, *para todos os sêres com vida animada*, isto, que é bem simples: O máximo de felicidades e de alegrias íntimas. Como tudo déve ter uma báse de apoio, também esta vida sonhada pelos homens justos tem esta base: a abolição do regimen de propriedade *individual*, estabelecendo em seu logar o regimen inteligente da propriedade *comum*.

Ninguem duvida que da união násce a força. Mas a humanidade, por culpa de quase todos nós, (o crime é colectivo) vive desunida. O interesse particular, individual, é o caminho mais curto para se chegar a esse antro repugnante onde se acoita o secular bandido chamado *egoismo*. Na sociedade actual andam as fôrças dispersas. Não está estabelecida a união das energias. Cada um pucha para seu lado. Como conseqüência, uma confusão onde ninguém se entende. Nós, os partidários da egualdade *económica*, (é preciso sublinhar a palavra «económica» porque há muitos palermas que se referem sempre ignàramente á egualdade da inteligencia e dos dedos...) queremos e havemos de consegnir o aniquilamento da organização social burgueza, que se baseia no roubo, na opressão e na tirania!

Queremos alegria para todos. Não é uma aspiração irrealisável porque o raciocinio diz ser possivel. Queremos pão com fartura para todos. Póde bem conseguir-se por que a terra é bem grande e suficientemente fértil para alimentar todos os seus filhos. Queremos sciência para todos. Não é uma fantasia de cérebros fracos. E' uma aspiração de cabeças equilibradas. Queremos o *máximo* desenvolvimento do indivíduo dentro da sociedade comunista. E isso é bem possivel. O indivíduo pode e deve ser um valôr apreciavel, física, moral, intelectual e profissionalmente. Mas esta grande obra não a tem feito nem a pode fazer a organização burguesa. Essa messalina, essa rameira infame, só tem produzido guerras, crimes monstruósos, pestes horriveis, pugnas interminaveis! Queremos que o sol magnífico da felicidade inunde todas as almas. Não pode ser? Assim dirão os que não refletem. Os ponderados concordarão que poucas coisas são impossiveis. Queremos que a educação racional, começando no berço, acompanhe o individuo até á idade que possa ser educador. Queremos arrazar as cadeias, que são antros de perversão e de banditismo. Queremos que os anormais, autôres de crimes, sejam tratados com carinho, como doentes, e não como feras enraivecidas. Queremos tudo isto e muito mais. Queremos carinhos para os velhos, tratamento humano para os doentes, amparo e meiguice para as criancinhas. Amôr para todos os corações! Queremos viver, queremos gosar! E como compreendemos que só derrubando o mundo burguês, tal podemos conseguir, o mundo burguês cairá desfalecido ante as nossas certeiras e enérgicas machadadas! E' ainda cedo? Iremos esperando com paciência...

GONÇALVES CORRÊA.

"A AURORA" Este semanário encontra-se à venda na BARBEARIA INTERNACIONAL, de Mendes & Loio, na Rua de Loureiro, 82.

A FOBIA JACOBINA

Sempre que qualquer *intentona* política vem perturbar a digestão aos donos da república portuguesa, os caciques locais acham logo pretexto para [illegible] ferozmente os revolucionários sociais. A última intentona machadista oferece-lhes ensejo para cevarem os seus ódios e os seus rancores. Entre outros documentos, prova-o exuberantemente a seguinte carta, inserta no *Jornal d'Almada* de 4 de janeiro do ano corrente:

Sr. Redactor — Os abaixo assinados solicitam de V. á publicação destas linhas, o que antecipadamente agradecem:

Como V. e o povo de Almada sabem, fômos presos no dia dezanove do corrente, supomos que arguidos de termos conhecimento dos últimos acontecimentos que se deram em diversas terras do país.

Relativamente ao assunto, declaramos, terminantemente, que não só neles não tomamos parte, como nem sequer dêle tínhamos o mais ligeiro conhecimento, desafiando seja quem fôr e em que campo fôr a provar-nos o contrário desta afirmativa. ¿A que vem então a nossa prisão?

E' convicção radicada em nosso espírito ser a sua determinante uma tremenda vingança urdida por pessoas que de há muito nos movem uma perseguição acintosa, pelo facto de nunca servirmos de joguete para as suas manigâncias políticas e de não nos termos prestado a colaborar na satisfação das suas ambições pessoais, como de resto os habitantes deste concelho o reconhecerão eloqüentemente.

Nós, homens de trabalho e absolutamente honestos — permita-se-nos a imodéstia — que moirejamos constantemente na oficina para a nossa manutenção e daqueles que de nós dependem, sofremos, presentemente, as conseqüências dos desvarios e dos ódios dos indivíduos que, parece-nos, primaram em nos torturar e espalhar o terror e a desgraça em nossos lares, assim como malquistarem-nos com os nossos amigos e camaradas.

A nossa acção, sr. redactor, como V. e a população deste concelho sabem perfeitamente, tem sido dentro da organização operária local, assuntos de natureza económica para a melhoria do povo trabalhador, e nunca em movimentos de caracter político, porque o *tira-te tu para me pôr eu*, é critério que que nunca nos norteou em tempo algum, quanto mais nos tempos que vão correndo.

Se é, pois, este o motivo porque nos prenderam, — para saciar fins ocultos, representa uma tremendíssima perseguição, contra a qual protestamos indignadamente.

Sendo assim, quem nos indemnisará dos prejuizos e incómodos físicos por que temos passado, especialmente os de natureza económica?

Para nós, que só do trabalho vivemos, a nossa detenção representa uma série infinita de dificuldades que se reflectem, conseqüentemente, nos lares de que somos os únicos amparos.

Para terminar, sr. redactor, deixamos à apreciação dos seus leitores e de quem nos conhece, o tirarem as conclusões da arbitrariedade de que somos vítimas.

Rio Tejo — Bordo do navio *Lourenço Marques*, em 26 de Dezembro de 1916.

Raimundo J. Moreira — Silvério dos Santos — Benigno António de Jesus — Diniz Rocha — Gregório Joaquim Monteiro — Bernardo Monteiro — Domingos Oliveira — António Ramalho.

E ufanam-se os jacobináceos a afirmar que os *Direitos do Homem e do Cidadão* estão em vigôr em todo o território da República e que não há, em todo o mundo, regime mais tolerante nem mais respeitador das opiniões alheias que êste! . . .

Lá isso . . .